

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Cinco de Março Class.: 158

Data: 08/06/80 Pg.: _____

190

Yanomami, uma nação à beira da extinção

Prejudicados pela construção da felizmente inacabada rodovia Perimetral Norte — que levou às suas terras as primeiras gripes, febres, tuberculose, malária, doenças venéreas, mortes e prostituição de inúmeras índias — uma das últimas Nações indígenas ainda sobreviventes, os Yanomami, que constituem 14 por cento da população total do Território de Roraima, está à beira da extinção.

Em julho de 1979, um grupo de antropólogos, jornalistas, juristas e médicos que formam a Comissão Pela Criação do Parque Yanomami enviou o projeto ao ministro do Interior, Mário Andreazza, responsável pela construção da Perimetral Norte. A resposta foi de que em setembro o presidente João Figueiredo daria o parecer final, pela criação ou não do Parque que viria a beneficiar aproximadamente 10 mil índios.

Até hoje, o "parecer" não chegou e os índios continuam na mesma. Na semana passada, a Comissão Pela Criação do Parque Yanomami enviou uma carta ao ministro Andreazza, onde fazia um apelo para que tome conhecimento do projeto, que "estaria sendo deliberadamente retido, congelado, no Ministério do Interior", segundo informações de funcionários da Fundação Nacional do Índio.

A carta lembra que "no início deste ano, a Funai, por iniciativa própria, formou um grupo de trabalho para formular um documento oficial para a criação do Parque Yanomami, atendendo basicamente aos seguintes objetivos e em obediência ao que dispõem a Constituição e o Estatuto do Índio: 1) garantir a sobrevivência física e cultural do grupo indígena genericamente denominado Yanomami, em área de extensão suficiente e contínua; 2) assistir as populações indígenas Yanomami no aspecto médico-sanitário; 3) manter o

equilíbrio ecológico da região, preservando seus ecossistemas; 4) garantir a proteção da região; 5) garantir a conservação dos recursos naturais".

O projeto fala numa área de 10 milhões de hectares, para o Parque Yanomami, constituída por terras de três municípios: Boa Vista e Caracaraí, em Roraima, e São Gabriel, no Amazonas.

Rica em urânio, bauxita e tungstênio, entre outros minerais, a área atenderia aos periódicos deslocamentos dos Yanomami, cerca de 10 mil, motivados por "questões de ordem ecológica e econômica". Esses deslocamentos são micro-migrações num raio de três quilômetros, determinadas pela necessidade de construir novas roças, em média, de dois em dois anos, e macromigrações, num raio de 10 a 30 quilômetros, devido ao esgotamento do potencial de caça de coleta, e por eventuais hostilidades entre aldeias.

Uma área grande asseguraria a manutenção dos índios como povo

estruturado social, ecológica e culturalmente. A carta da Comissão Pela Criação do Parque Yanomami está assinada pela presidente, Cláudia Andujar e por Manuela Carneiro da Cunha, da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

SITUAÇÃO ATUAL

A partir de 1974, com as obras da Perimetral Norte, começaram os contatos entre os índios Yanomami e a civilização. Os Yanomami parecem vítimas de doenças trazidas pelos homens da Camargo Correa. Um ano depois, a descoberta de jazidas minerais aumentou a cobiça sobre a região e o próprio governador de Roraima, na época, Ramos Pereira, afirmou:

— Sou de opinião que uma área rica como essa, com ouro, diamante, e urânio, não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancando o desenvolvimento.

Mesmo assim o presidente da Funai, então o general Ismarth de Oliveira, afirmou que os Yanomami teriam seus direitos assegurados. Por outro lado, a exploração de cassiterita continuou e as tribos localizadas na Serra dos Surucucus estão ameaçadas com a iminente instalação de técnicos e

operários da Companhia Vale do Rio Doce para exploração de minérios.

Caso isso aconteça, 3.800 índios habitantes num raio de 80 quilômetros da área do projeto de mineração, a maioria ainda sem contato com os brancos, serão atingidos. Recentemente, o governador de Roraima, brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, declarou que a Funai deve demarcar imediatamente as terras indígenas, não importa a extensão, pois o Território está tendo prejuízo de cerca de 400 milhões de dólares com a não exploração de minérios.

Expulsos de suas terras, muitos remanescentes das tribos vivem hoje à margem da estrada em "degradação psicológica e socialmente alienados", segundo depoimento do professor Orlando Sampaio Silva, da Universidade Federal do Pará, reproduzido no documento enviado ao ministro do Interior. Além disso, os indígenas têm sido engajados como mão de obra secundária nas serrarias da área do rio Repartimento.

CERCO E CONFLITOS

Em 1977, a Funai delimitou 21 áreas como ocupadas pelos Yanomami mas deixou fora aldeias inteiras. Além disso, o fato de ter

deixado corredores onde as frentes de penetração podem se instalar vai provocar o cerco às tribos Yanomami, e, conseqüentemente, novos conflitos de terras.

Num dos itens do documento, a Comissão justifica a criação do Parque Indígena Yanomami: "O parque garantirá aos Yanomami a posse das terras que efetivamente ocupam, sob forma de território extenso e contínuo em conformidade com os termos do Artigo 23, do Estatuto do Índio", diz que: "Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra, que de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém, onde habita ou exerce atividades indispensáveis à sua sobrevivência ou economicamente útil".

O documento apresenta dois argumentos decisivos: 33,5 por cento das terras do Parque são áreas montanhosas e, por essa razão, declaradas de proteção permanente, de acordo com dispositivo do Código Florestal e não são, portanto, suscetíveis de aproveitamento econômico; e 44,5 por cento das terras do Parque não prestam para projetos de lavoura ou agropecuária. O próprio Radam recomendou ao Poder público a criação, nestas áreas, de parques nacionais e estações ecológicas.